



Revista Pensamento Contemporâneo em
Administração

E-ISSN: 1982-2596

jmoraes@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense
Brasil

Faé, Rogério; Goulart, Sueli; Zilio Abdala, Paulo Ricardo
ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO NOS GOVERNOS LULA E DILMA:
TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL

Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 10, núm. 1, enero-marzo,
2016, pp. 1-18

Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441745203002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO NOS GOVERNOS LULA E DILMA: TRANSFORMAÇÃO NEOLIBERAL

DEVELOPMENT NATIONAL STRATEGY IN THE LULA AND DILMA GOVERNMENT: NEW LIBERALISM TRANSFORMATION

Recebido em 21.08.2015. Aprovado em 16.02.2016

Avaliado pelo sistema *double blind review*

DOI: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v10i1.654>

Rogério Faé

rogerio.fae@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, BRASIL

Sueli Goulart

sueli.goulart@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, BRASIL

Paulo Ricardo Zilio Abdala

paulo.abdala@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, BRASIL

Resumo

Discutimos as concepções teórico-ideológicas que fundamentam a estratégia nacional de desenvolvimento adotada pelo Governo do Brasil nos últimos 12 anos, com o objetivo de analisar o sentido que lhe atribuem, levando-se em conta a retórica em torno da promoção de transformações sociais e a alegada retomada das proposições de Celso Furtado. Desde o primeiro governo Lula o direcionamento das ações governamentais atribuiu ao Estado funções de planejamento estratégico e regulação do mercado para facilitar transações econômicas. Essa orientação conforma-se a uma divisão internacional do trabalho em que os países periféricos produzem commodities agrícolas e extrativistas. Com efeito, a estratégia brasileira dos últimos anos desprezou preocupações com a autonomia nacional para alinhar-se à lógica dos mercados globais. Ao final, concluímos que os fundamentos da estratégia nacional de desenvolvimento empreendida no período vinculam-se às concepções de Bresser-Pereira e do novo desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Governo Luiz Inácio Lula da Silva: 2003-2010. Governo Dilma Rousseff: 2011-2014. Neodesenvolvimentismo. Celso Furtado.

Abstract

We discuss the theoretical and ideological conceptions that underlie the national development strategy adopted by the Government of Brazil in the last 12 years. The aim was to analyze the meaning attributed to the national development strategy, taking into account the rhetoric surrounding the promotion of social change and the alleged resumption of propositions of Celso Furtado. The first Lula government has attributed for the State the strategic planning and regulatory functions of the market to facilitate economic transactions. This guidance conforms to an international division of labor in which the peripheral countries produce agricultural and extractive commodities. Indeed, the Brazilian recent development strategy dismissed concerns linked with national autonomy to line up the competitive logic of global markets. At last, we conclude that the current national development strategy are linked to the concepts of Bresser-Pereira and the new developmentalism.

Keywords: National Development Strategy. Luiz Inácio Lula da Silva Government: 2003-2010. Dilma Rousseff Government: 2011-2014. New developmentalism. Celso Furtado.

Introdução

A chegada de um governante vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência no Brasil, na primeira década do século XXI gerou enormes expectativas quanto a mudanças longamente aguardadas por parcela significativa da população. A rigor, a população esteve alijada dos planos e projetos nacionais, especialmente, desde o golpe civil-militar de 1964, que veio interromper um breve período de iniciativas voltadas para os interesses populares. As frustrações se acumularam com a inauguração da (re)democratização, da Nova República até aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cuja adesão ao neoliberalismo era bastante explícita e coerente com os ideólogos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre os quais, o próprio Presidente e um de seus ministros e fundador do Partido, Bresser-Pereira.

Não apenas a longa espera mas, especialmente, a persistente construção de uma retórica democrático-popular em torno das bandeiras do PT alimentava as expectativas e, certamente, permitiu a inclusão de temas até então excluídos da agenda dos governantes, como a extinção da fome e da miséria no Brasil, a ampliação do acesso à educação e à moradia e o grande tema ausente na década anterior – a retomada do desenvolvimento.

Vislumbrava-se, então, uma retomada e um reposicionamento pois, num contexto dominado pelo pensamento neoliberal¹, não cabia na agenda governamental discussões sobre o papel do Estado na viabilização de condições propícias ao desenvolvimento. Assim, não foi circunstancial que houvesse, desde as primeiras proposições do primeiro governo Lula, a referência ao pensamento de Celso Furtado para justificar e legitimar a estratégia a ser implementada para garantir crescimento econômico e distribuição de renda, inclusão social e melhoria generalizada das condições de vida aos brasileiros.

Com uma vasta obra sobre o tema, marcada por momentos de grande esperança e outros bastante céticos mas uma atuação pública inquestionável, Celso Furtado oferece elementos importantes para a reflexão e o planejamento de iniciativas que visem a melhoria das

condições de vida da população, a diminuição das desigualdades regionais e a expansão das forças criativas, no quadro do capitalismo. Ou seja, oferece espaços para avanços sociais sem o tão temido rompimento com a ordem vigente. Mesmo assim, sua obra contempla, de forma muito clara, a exigência de alterações estruturais profundas sob o fundamento da crítica produzida, juntamente com Raúl Prebisch ainda no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sobre a divisão internacional do trabalho e o lugar reservado aos países periféricos.

A referência ao pensamento de Celso Furtado pelos governos liderados pelo PT já foi apontada em outros trabalhos, como por exemplo em Abdala e Goulart (2013), que tratou especificamente da ampliação da capacidade de consumo da população, empreendida pelos governos Lula e Dilma, e sua relação com o fortalecimento do mercado interno. Não obstante, a publicação do livro ‘Brasil: a construção retomada’, de Aloísio Mercadante (MERCADANTE, 2010), sugere uma aproximação mais ampla às proposições de Furtado. O próprio título do livro de Mercadante é explicitamente referido a uma produção anterior de Celso Furtado – ‘Brasil: a construção interrompida’, que reuniu um conjunto de textos que refletiam, segundo o autor, “o sentimento de angústia gerado pelas incertezas [que pairavam] sobre o futuro do Brasil” (FURTADO, 1992, p. 9). Já o livro de Mercadante (2010), partindo da ideia de que a construção do País foi retomada nos dois períodos do governo Lula, pretende demonstrar que “o governo Lula superou todas as expectativas, consolidando a estabilidade da economia, retomando o crescimento econômico acelerado, ampliando as liberdades democráticas, a participação popular e distribuindo renda, com redução expressiva da pobreza e da inclusão social” (MERCADANTE, 2010, p. 25).

Mercadante (2010, p. 25-26) também fala genericamente sobre “graves erros” cometidos, mas os justifica por “uma forte e persistente oposição [...] o que dificultou [...] a governabilidade” contraditada pelo índice de “mais de 80% de apoio popular” ao Presidente, ao final de seu segundo mandato. Os questionamentos ao desempenho do governo são creditados a “certos setores mais conservadores da oposição” que,

¹ Falamos aqui da corrente neoliberal de orientação anglo-americana que predominou entre os anos de 1970 e 1990, identificado como “neoliberalismo ortodoxo” (PUELLO-SOCARRÁS, 2011, p. 81) ou, como prefere Bresser-Pereira (2006, p. 5), “ortodoxia convencional”. Para aprofundar o entendimento sobre neoliberalismo, incluindo a etapa considerada como de sua crise, sugerimos a leitura do texto acima citado de Puello-Socarrás (2011).

diante da impossibilidade de reconhecer “a evolução positiva” do Brasil, “dizem tratar-se de mera continuidade de ações inauguradas no governo anterior” [...].

Neste artigo pretendemos discutir as concepções teórico-ideológicas que fundamentam a estratégia nacional de desenvolvimento adotada pelo Governo do Brasil, nos últimos 12 anos, com o propósito de analisar o sentido que lhe atribuem, particularmente levando-se em conta a retórica em torno da promoção de transformações sociais e a alegada retomada das proposições de Celso Furtado, como mostraremos ao longo do texto. A noção de estratégia nacional de desenvolvimento vincula-se a fundamentos teórico-ideológicos na medida em que

[...] é um conjunto de instituições e de políticas orientadas para o desenvolvimento econômico. É menos do que um projeto ou um plano nacional de desenvolvimento, porque não é formalizada; não tem documento com definição precisa de objetivos e de políticas a serem adotadas para alcançá-los, porque o acordo entre as classes sociais que lhe é inerente não tem nem texto nem assinaturas. É mais porque envolve informalmente toda ou grande parte da sociedade. Porque dá a todos um rumo a ser seguido, e certas orientações muito gerais a serem observadas. Porque, embora não pressuponha uma sociedade sem conflitos, envolve uma razoável união de todos, quando se trata de competir internacionalmente. Porque é mais flexível do que um projeto. Porque está sempre considerando as ações dos demais adversários ou competidores. Porque o fator a motivar o comportamento individual não é apenas o interesse próprio, mas a competição com as demais nações. A estratégia nacional de desenvolvimento reflete tudo isso. Sua liderança cabe ao governo e aos membros mais ativos da sociedade civil. [...] (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 13).

Nosso argumento é de que a estratégia adotada pelo governo brasileiro, nos últimos 12 anos, atribui ao Estado funções de planejamento estratégico e regulador do mercado, a fim de facilitar as transações econômicas. Essa orientação conforma-se a uma divisão internacional do trabalho em que os países periféricos produzem commodities agrícolas e extrativistas, ou seja, bens com menor valor agregado e com menor sofisticação tecnológica em comparação com os bens produzidos nos países centrais, que requerem tecnologias específicas, portanto, com maior valor agregado.

Sendo assim, consideramos necessário realizar uma revisão analítica sobre os fundamentos da construção teórica de Furtado de modo a esclarecer os (des)nexos de suas formulações com uma estratégia nacional de desenvolvimento que, de fato, parece se assentar em pressupostos neoliberais, cuja orientação teórico-ideológica se aproxima muito mais das formulações de Bresser-Pereira². Iniciamos, então, com a apresentação de aspectos da construção teórica de Celso Furtado, seguida de uma aproximação ao contexto do final dos anos 90 e início do primeiro Governo Lula e à estratégia nacional de desenvolvimento vigente; concluímos com considerações que revisam nosso argumento e indicam elementos de continuidade no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff que, à época de produção deste texto, se iniciava.

Antes, porém, faz-se necessário esclarecer que entendemos a temática desenvolvimento como interdisciplinar, uma vez que articula conhecimentos específicos de diversas áreas como administração, economia, sociologia e psicologia, dentre outras. Interdisciplinaridade, neste texto é entendida como

resposta à crítica que se faz ao paradigma da Ciência Moderna, especialmente naquilo que faz emergir um conflito inconciliável entre as áreas do conhecimento, separando as Ciências da Natureza das Ciências Humanas e Sociais. A interdisciplinaridade provoca um momento de forte intensidade na produção do conhecimento, pois resulta da interação entre as disciplinas. O conhecimento não se limita à fronteira, mas a ultrapassa. (FARIA, 2015, p. 6)

A noção de interdisciplinaridade, ao englobar conhecimentos oriundos de diversas áreas, busca entender o objeto de estudo em seus vários aspectos, reconhecendo que diferentes concepções podem ser adotadas nas pesquisas, sendo possível construir significados distintos a partir da valorização da diversidade requerida pela produção de conhecimento.

A pressuposta primazia do objeto, implícita à interdisciplinaridade, não significa desvalorização da especificidade das diversas áreas de conhecimento, mas a necessidade de focar a análise de forma a considerar o âmbito de cada uma. Neste aspecto, este texto se caracteriza como problematizador das premissas subjacentes à estratégia governamental de desenvolvimento

² Tendo sido um dos fundadores do PSDB e ex-ministro no governo de FHC, em 2014 declarou e justificou voto em Dilma Rousseff. É também reconhecido como grande admirador e estudioso da obra de Celso Furtado.

nacional na atualidade.

Ademais, pretendemos contribuir, assim como tem feito outros pesquisadores, para qualificar os fundamentos de um tema que costumava ser tão banalmente tratado pela área de Estudos Organizacionais, e mais especificamente, pelo campo disciplinar da Administração. Ou seja, buscamos elementos para trazer à discussão o tema do desenvolvimento que, via de regra, era tratado como um mero pano de fundo constituinte do contexto organizacional, ou ainda, em um acentuado funcionalismo, como o ambiente. Consideramos, além disso, que esta é uma das maneiras de inserção da área no estudo das grandes questões nacionais, incluindo-se a necessária retomada de clássicos do pensamento social brasileiro como é o caso de Celso Furtado.

A Construção Teórica de Celso Furtado

A construção teórica de Celso Furtado foi fortemente influenciada por sua presença e interlocução com intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e, particularmente, pela teorização de Raúl Prebisch. Este último, em resultado de suas observações sobre as consequências das relações comerciais entre países centrais e periféricos, posicionou-se de forma contrária ao argumento que enfatizava a iniciativa privada e a articulação com o sistema global de mercado, caracterizado por uma lógica com base nas vantagens comparativas. Para ele, o comércio entre países que produzem produtos industrializados e aqueles que fornecem matéria-prima provocava a criação de tendências persistentes de desequilíbrio externo em detrimento dos últimos, um mecanismo denominado deterioração dos termos de intercâmbio (FURTADO, 1992; PREBISCH, 1949).

Esse desequilíbrio se traduzia em transformações nas formas de produção e consumo, assim como nas maneiras pelas quais o setor produtivo se organizava para atender a demanda que daí emergia. Entretanto, se, por um lado, o desequilíbrio externo era resultado da dualidade do progresso tecnológico, por outro, sua eliminação seria requisito indispensável para que a economia dos países periféricos pudesse crescer de forma regular.

Com base em tais pressupostos, Prebisch (1952) defendeu a necessidade de fortalecer o processo de industrialização nos países periféricos para substituir

produtos importados e promover o crescimento econômico e também como meio para ampliar a incorporação de pessoas ao mercado de trabalho.

Prebisch (1949) defendia o processo de industrialização como recurso gerador de nova dinâmica que levaria as nações Latino-Americanas a uma situação de maior autonomia em relação aos países centrais, baseada na expansão do mercado interno, no crescimento da produção e da renda per capita. Esse processo possibilitaria a participação dos países periféricos no sistema econômico internacional em uma condição menos desigual. Considerando tais objetivos, ao Estado caberia planejar o desenvolvimento.

Entretanto, de forma oposta ao esperado, os custos das importações demandadas pelo processo de industrialização foram gradualmente requerendo maior participação do capital estrangeiro. As necessidades foram aumentando, de forma a caracterizar três estágios sequenciais: a) substituição de produtos de consumo, b) substituição de produtos de consumo duráveis, e c) substituição de bens de capital (FURTADO, 2000). O movimento para níveis mais complexos na produção doméstica se, por um lado, reduzia as importações, por outro, criava novas necessidades de importações, fato que instabilizou o equilíbrio da balança comercial, especialmente quando considerada a crescente deterioração das relações entre produção primária e produção industrial (FURTADO, 2000).

Naquele contexto, Furtado (1961, p. 241-242) argumentou que a ideia de desenvolvimento, como defendida nos pólos de progresso técnico, desconsiderava a dimensão histórica que a condicionava. Assim, uma “[...] teoria do desenvolvimento que se limite a reconstruir um modelo abstrato – derivado de uma experiência histórica limitada a articulações de determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade”.

O autor considerava que a Revolução Industrial, ao emergir na Inglaterra, provocou transformações nos padrões produtivos em escala mundial e, principalmente, que o processo de eficientização da produção somente ganhou dinamismo através da elaboração de técnicas comerciais que articulavam oferta e procura, assim como a emergência de novas classes sociais ligadas à produção industrial, distribuição e comercialização das manufaturas.

Se nos países em que o processo de industrialização primeiro se fez presente houve íntima interdependên-

cia entre os fatores tecnológicos e sociais na construção da realidade nacional, o mesmo não se podia afirmar em relação aos países da América Latina. Nesses últimos, o processo de industrialização ao ser incentivado teve como principal fator o aperfeiçoamento da produção complementar ao processo experimentado nos países centrais. Essa lógica, em geral, desconsiderou as necessidades das nações que compunham as linhas comerciais em posição de importadoras de manufaturas e exportadoras de bens primários.

O resultado para as economias Latino-Americanas foi “[...] quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1961, p. 253). Nesse sentido, o subdesenvolvimento experimentado pelos países da América Latina teria provocado a reprodução, em âmbito regional interno, das desigualdades socioeconômicas entre países. Uma vez iniciado esse processo, “[...] sua reversão espontânea é praticamente impossível” (FURTADO, 1959, p. 331).

É necessário frisar, ainda, que, para Furtado (1961, p. 253), o “[...] subdesenvolvimento é [...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”.

Naquele momento, havia um entendimento de que a acumulação seria indissociável da expansão capitalista em padrões internacionais, ou seja, seria parte de um processo de enriquecimento dos países centrais e da pequena elite periférica articulada a eles. Em resposta a essa percepção ganharam força, no início da década de 1960, processos de resistência articulados pelos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida e renda à população em geral (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ao constatar que a classe dirigente brasileira era passiva e intelectualmente alinhada com discursos externos, Furtado (2007, p. 421) passou a defender a tese de que havia falta de vontade política para mudar a realidade experimentada. Razão pela qual passou a “[...] ver o mundo como um desafio. Fazer política é enfrentar desafios. Não cabe esperar por soluções espontâneas. Não pode haver infraestrutura sem política, sem planejamento”.

Entretanto, a

[...] derrota e o banimento de Furtado, em 1964, no momento em que o capital monopolista internacional elegia o país como mais um de seus espaços de acumulação e reprodução ampliada, exigindo para isso o aprofundamento dos aspectos antidemocráticos do Estado Brasileiro, era a evidência de que a burguesia industrial brasileira, sem nenhuma ‘ilusão heróica’, tinha feito sua escolha: ser o sócio menor do grande capital externo (VIEIRA, 2007, p. 390).

Considerando a lógica que predominou na década de 1960 e que salientava os limites à industrialização sob premissas definidas em âmbito interno, Furtado (1974, p. 10) afirmou que sua construção teórica emergiu em um contexto no qual se “[...] se manifestavam tendências policêntricas na economia mundial [...]”. Já a produção da década de 1970 teve por base a percepção da “[...] afirmação definitiva das grandes empresas no quadro de oligopólios internacionais, a rápida industrialização de segmentos da periferia do sistema capitalista no novo sistema de divisão internacional do trabalho”. Para o autor, a grande empresa passou a ocupar posição de elemento estruturador do sistema capitalista.

Furtado (1974) então ratificou, em sua produção, a problematização do conceito de desenvolvimento que, ao ser predominantemente identificado com a defesa da ampliação dos mercados, buscava a disseminação dos padrões de consumo experimentados por uma minoria privilegiada da população mundial. Essa crença teria direcionado muitos dos esforços ligados ao desenvolvimento para práticas que viam na tecnologia o principal fator de dinamismo, independentemente do contexto em que se inserisse.

Em contrapartida à ênfase tecnológica estimulada pelos centros difusores da lógica capitalista, o autor destacou a crescente dependência dos países centrais em relação à matéria-prima – muitas vezes advinda de recursos não renováveis – produzida por outros países, como fator-chave na definição política de abertura econômica, principalmente, via disseminação de empresas com tecnologias capazes de explorar os recursos naturais, em escala planetária.

Nesse aspecto, Furtado (1974, p. 16) destacou: “[...] como a política de defesa dos recursos não renováveis cabe aos governos e não às empresas que os exploram, e como as informações e capacidade para apreciá-las estão principalmente com as empresas, o problema tende a ser perdido de vista”.

Em relação à desigualdade que daí advinha, o autor

salientou dois fatores mutuamente influenciáveis: a aceleração da acumulação de capital nos sistemas de produção; e a intensificação do comércio internacional, sob condições de troca que ampliavam progressivamente a diferença entre o valor relativo dos produtos industrializados e dos produtos agrícolas ou matéria-prima. Assim, o problema da formação e manutenção do sistema capitalista industrial era a forma de apropriação e utilização do excedente. Em outras palavras, Furtado (1974) enfatizava a necessidade de entendimento da dinâmica que sustenta o sistema de divisão internacional do trabalho.

Neste sentido, sua análise novamente recorreu aos fatos históricos que condicionaram a formação do sistema. A concentração geográfica exigida pelo capitalismo em suas origens, logo sofreu resistência e se pulverizou na forma de sistemas econômicos de base nacional nos países que, no século passado, assumiram a liderança do processo de industrialização e, por consequência, centralizaram as decisões econômicas em escala mundial. Posições essas que não deixaram de se aprofundar, pois

[...] como a industrialização, em cada época, se molda em função do grau de acumulação alcançado pelos países que lideram o processo, o esforço relativo requerido para dar os primeiros passos tende a crescer com o tempo. Mais ainda: uma vez que o atraso relativo alcança certo ponto, o processo de industrialização sofre importantes modificações qualificativas. Já não se orienta ele para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional (FURTADO, 1974, p. 23).

Em tal contexto, as indústrias nascentes se moldavam às necessidades do mercado de forma articulada com o sistema macroeconômico e remetiam às grandes empresas a posição de centro de decisão, com capacidade de influir na dinâmica interna dos diversos países, em âmbitos que extrapolavam a esfera econômica. Com base nessa visão e, à revelia das consequências da lógica econômica sobre as esferas sociocultural e ambiental, o traço mais característico do capitalismo seria a inexistência de um disciplinador geral do conjunto das atividades econômicas. A autonomia macroeconômica, à medida que fornecia estabilidade às relações comerciais transnacionais, em contrapartida, liberava o Estado para direcionar seus esforços para a esfera social. Essa última, entretanto, necessitava estar articulada com a estratégia econômica, ou melhor, deveria haver uma coordenação interna, em

escala nacional, de forma que os esforços nacionais fossem articulados com a economia internacional, sob a lógica das grandes empresas. Neste sentido, “o Estado tem [...] grandes responsabilidades na construção e operação de serviços básicos, na garantia de uma ordem jurídica, na imposição de disciplina às massas trabalhadoras” (FURTADO, 1974, p. 60).

Assim, as relações entre empresas e Estados nacionais seriam condicionadas por quatro fatores principais: (i) inovação; (ii) maior parte das transações internacionais estava sob responsabilidade das grandes empresas; (iii) as grandes empresas operavam de forma a escapar da ação isolada de qualquer governo; e (iv) as empresas possuíam grande liquidez que fugia ao controle dos bancos centrais e tinham fácil acesso ao mercado financeiro internacional (FURTADO, 1974).

Para o autor, a ação das grandes empresas não caracterizava declínio da atividade política, mas sim a “[...] unidade de comando político, apoiada em um sistema unificado de segurança” (FURTADO, 1974, p. 34), que daria suporte à lógica macroeconômica.

Criou-se, assim, uma superestrutura política a nível muito alto, com a missão principal de desobstruir o terreno ali onde os resíduos dos antigos Estados nacionais persistiam em criar barreiras entre os países. A reconstrução estrutural se operou a partir da economia internacional. No plano interno os Estados nacionais ampliaram a sua atuação para reconstruir as infraestruturas, modernizar as instituições, intensificar a capitalização, ampliar a força de trabalho, etc. Tudo isso contribuiu, evidentemente, para reforçar a posição das grandes empresas dentro de cada país. Mas foi a ação no plano internacional, promovida pela superestrutura política, que abriu a porta às transformações de fundo, trazendo as grandes empresas para uma posição de poder vis-à-vis dos Estados nacionais. (FURTADO, 1974, p. 36)

Frente à autonomização da esfera econômica, sob controle das grandes empresas, os Estados nacionais, isoladamente, pouco podiam fazer. Como explicava Furtado (1974, p. 33): “[...] como tanto a estabilidade e a expansão dessas economias dependem fundamentalmente das transações internacionais, e estas estão sob o controle das grandes empresas, as relações dos Estados nacionais com estas últimas tendem a ser relações de poder”.

As principais repercussões dessa nova dinâmica capitalista podiam, para Furtado (1974, p. 42-43), ser tra-

duzidas por:

[...] em primeiro lugar, [...] o processo de unificação abriu o caminho a uma considerável intensificação do crescimento no próprio centro. [...] Em segundo lugar, ampliou-se consideravelmente o fosso que já separava o centro da periferia do sistema, o que em grande parte é simples consequência da intensificação do crescimento no centro. Em terceiro lugar, as relações comerciais entre países centrais e periféricos, mais ainda do que entre países centrais, transformaram-se progressivamente em operações internas das grandes empresas.

As economias periféricas passaram, então, a enfrentar um processo de agravamento das disparidades internas de forma proporcional à sua industrialização, já que a principal preocupação era com a rentabilidade dos investimentos. Sob essa dinâmica, foi ratificada a necessidade de mimetismo cultural e concentração de renda nos países periféricos, de forma a possibilitar a uma minoria privilegiada padrões de consumo similares aos dos países centrais, que se diferenciavam daqueles experimentados pela massa populacional.

A integração do centro permitiu intensificar sua taxa de crescimento econômico, o que responde, em grande parte, pela ampliação do fosso que o separa da periferia. Por outro lado, a intensidade do crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro. Em outras palavras: quanto mais intenso for o fluxo de novos produtos no centro (esse fluxo é função crescente da renda média), mais rápida será a concentração da renda na periferia (FURTADO, 1974, p. 45).

Assim, a crescente influência das grandes empresas se traduzia por uma tendência à homogeneização e disseminação dos padrões de produção e consumo vigentes no centro, que se traduziam na periferia por um aumento da distância entre as condições de vida de uma minoria privilegiada e a massa populacional que vivia no limite da subsistência.

Nesse sentido, a orientação desenvolvimentista criaria, nos países periféricos, fossos que demonstrariam a insustentabilidade de sua lógica, tanto em termos socioculturais, quanto ambientais, pelo esgotamento dos recursos não renováveis que fornecem o suporte ao desenvolvimento, sob premissas ligadas ao progresso. Razão pela qual o autor atribuiu ao desenvolvimento status de mito:

A conclusão geral que surge dessas con-

siderações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cênicos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas desse sistema. E é essa a razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria (FURTADO, 1974, p. 75).

Nesta altura do texto, que tem continuidade com a busca de articulação das principais ideias de Celso Furtado com a proposta apresentada no livro “Brasil: construção interrompida”, de 1992, é necessário frisar que, na tentativa de relacionar aspectos de vários momentos da construção teórica do autor, foram considerados conceitos centrais que, principalmente, fornecem suporte à defesa de reformas estruturais. Entretanto, a construção de Furtado teve por característica a consideração de aspectos contextuais em diferentes períodos históricos o quê, naturalmente, teve consequências sobre suas análises.

Desse modo, comparar partes de sua obra sem a devida contextualização pode sugerir incoerências em sua produção. É certo que houveram momentos de pessimismo, como aquele de que resultou “O mito do desenvolvimento econômico”, acima citado (FURTADO, 1974). Entretanto, mesmo partindo de uma crítica que por vezes insinua a necessidade de rompimento com a lógica capitalista, Furtado acreditava na possibilidade de criação de um “capitalismo civilizado na periferia da economia mundial” (SAMPAIO JR, 2012, p. 43). Em fins da década de 1990, encarando o “capitalismo global”, Furtado (1998, p. 62-63, grifos nossos) defendia que “[...] a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais, que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas”.

Furtado (1998, p. 48) também enfatizou a dependência tecnológica como fator sintomático, caracterizada pela introdução de novas imposições técnicas na periferia em razão da adoção de padrões de consumo que demandavam produtos com elevada sofisticação.

Modernização dependente [...] outra coisa não é senão a utilização do excedente, gerado pela especialização na exportação

de produtos primários e retido localmente, para modelar os padrões de comportamento de forma a estimular a importação da manufatura destinada ao consumo cristalizando um certo padrão de divisão internacional do trabalho”. (FURTADO, 1984, p. 22-23).

A problematização proposta por Furtado tinha por objetivo principal a busca por alternativas que promovessem o desenvolvimento autônomo e soberano. Busca que deveria ser direcionada para a descoberta e/ou reconstrução de caminhos que relacionasse os objetivos localizados à proposta de desenvolvimento, considerando o baixo nível de acumulação dos países periféricos, as deformações da divisão social do trabalho e os constrangimentos impostos pelo mercado global. O objetivo estratégico do desenvolvimento sob esta lógica deveria “[...] assegurar um desenvolvimento que se traduza em enriquecimento da cultura em suas múltiplas dimensões e permita contribuir com criatividade própria para a civilização que se mundializa. No fundo está o desejo de preservar a própria identidade na aventura comum do processo civilizatório (FURTADO, 1998, p. 54).

Assim direcionada, a construção de Furtado (1998) liga o processo de desenvolvimento a pessoas incluídas no espaço social e, especialmente, adere a uma visão política de mundo que foca na valorização de características e identidades particulares, seja em nível individual, grupal ou social, que sofrem pressões de lógicas e interesses de várias escalas: regional, nacional, global. Essa proposta pressupõe esforços direcionados para a construção de alternativas que, mesmo considerando as pressões e demandas do mercado global, abre possibilidades para a construção de práticas que progressivamente desviam da imitação cultural, e especialmente dos padrões de consumo definidos pelas tecnologias importadas e dominadas pelos

países centrais (FURTADO, 1998).

Nesse sentido, mudanças estruturais são necessárias. Mudanças que não podem emergir exclusivamente da lógica do mercado global, razão pela qual este processo depende da articulação política da sociedade civil dos países periféricos, em manter o controle sobre a modificação/produção de certa identidade, na qual a criatividade humana deve ser orientada para o bem-estar coletivo, entendido como possibilidade de realização do potencial dos indivíduos e comunidades (FURTADO, 1998, p. 65).

De forma sintônica com seus fundamentos teóricos, Furtado (1992) inicia o livro “Brasil: a construção interrompida” defendendo reformas estruturais, cujos objetivos eram: a) construir uma sociedade mais estável; b) criar as condições para a emergência de uma nação mais autônoma em relação aos países centrais; e c) valorizar as características culturais locais.

Esse livro se constituiu de um conjunto de textos produzidos em um contexto global caracterizado por forte pressão internacional em termos de articulação com o mercado em escala global, através das regras impostas pelo Consenso de Washington³ que defendia práticas baseadas em valores liberais (e que certos autores, como Fukuyama (1992), qualificavam como caminho único para o desenvolvimento, uma vez que a história, para ele, havia terminado). Essas práticas se orientavam pela lógica macroeconômica, sustentada no tripé de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal. Disseminadas para efeitos de garantir créditos de bancos internacionais para os países de alta dívida externa (cujas origens não eram/são questionadas), essas práticas tornaram-se definidoras das políticas governamentais predominantes a partir de fins dos anos 80 e toda a década de 1990. Furtado (1992) caracterizou aquele cenário como o de uma ofensiva para a esterilização do

³ O consenso de Washington se constituiu em orientações inicialmente indicadas aos países periféricos e, a partir da década de 1990, impostas como pré-condições aos programas de ajuda ao desenvolvimento, pelas agências orientadas desde Washington: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As orientações previam os seguintes elementos: i) disciplina fiscal: limitação dos gastos do Estado à sua arrecadação, tendo por resultado a eliminação do déficit público; ii) redução dos gastos públicos: priorização dos investimentos em áreas tidas como prioritárias ao crescimento econômico, como infraestrutura, educação e saúde; iii) reforma tributária: ampliação da base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e, progressivamente, menor nos impostos diretos; iv) liberalização financeira: fim das restrições que impedissem as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade de condições com as nacionais, assim como afastamento do Estado do setor; v) taxa de câmbio competitiva; vi) abertura do mercado interno: liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; vii) eliminação de restrições ao capital externo: permitir o investimento estrangeiro direto, eliminando as restrições a essas operações; viii) privatização: transferência de empresas estatais ao capital privado, assim como sua incorporação às regras do mercado global; ix) desregulamentação: redução da legislação ligada ao controle do processo econômico e das relações trabalhistas, com vista ao favorecimento do aumento da competitividade; e x) direito de propriedade: reconhecimento e respeito aos direitos de propriedade patrimonial e intelectual (WILLIANSOM,

pensamento social, exceto o que se inspirasse na lógica dos mercados para que, cego à história (que sim, continuava sendo produzida pelos homens), tornasse inócua qualquer tentativa de resistência. Ainda que imerso em angústias mas, sempre pronto a desafiar hegemonias, afirmava que

[...] resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da plateia, quando não o desprezo de seu silêncio. Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevisíveis que requerem a pureza de alma de um Dom Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a História ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar (FURTADO, 1992, p. 9).

A obstinação de Furtado servia, no mínimo, para reacender a esperança em práticas que deveriam diferir da ideologia prevalecente ao buscar uma construção que pudesse levar os países periféricos a uma situação de menor desequilíbrio na relação com os países centrais.

Entre os aspectos ressaltados por Furtado (1992, p. 38) a homogeneização social era condição básica para o bem-estar das sociedades: “homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais”. Outra condição básica era a criação de um sistema de produção eficiente com relativa autonomia, que requer: a) descentralização das decisões; b) planejamento estatal em relação ao mercado; e c) exposição à competição internacional.

No que tange à descentralização, reafirmava seu entendimento de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dimensões de um mesmo processo histórico definido com base em premissas ligadas ao capitalismo global, razão pela qual afirma que “a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais, que permita a reconstrução de certas estruturas” (FURTADO, 1992, p. 75). O planejamento estatal em relação ao mercado objetiva, em escala nacional, a “prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo” (FURTADO, 1992, p. 30). Já a exposição à competição se refere a efficientização da produção nacional com vistas ao mercado interno e à inserção

dos produtos no mercado global.

Cabe salientar que, para Furtado (1992, p. 79), a “[...] primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto”.

Por último, é necessário voltar a destacar que, na construção teórica de Furtado, o crescimento econômico é visto, à semelhança de muitos autores de corte liberal, como pré-condição ao desenvolvimento. Entretanto, em contraste com a construção liberal, o crescimento econômico, pensado em escala nacional de forma planejada pelo Estado, era um meio para atingir uma condição na qual os países periféricos pudessem experimentar condições menos desiguais em termos de relações internacionais. Isto poderia facilitar a criação de centros de decisão internos e incentivar a melhoria nas condições de vida da sua população, assim como construir valores influenciados por fatores socioculturais localizados. Ou seja, a divisão internacional do trabalho era um ponto fulcral e o posicionamento do País nesse espaço exigia decisão política no âmbito do Estado e não subordinação a interesses empresariais.

Neoliberalismo, Crise e Implicações sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento: a Década Perdida e o Novo Receituário

Tendo em vista o objetivo deste artigo em discutir as concepções teórico-ideológicas que fundamentam a estratégia nacional de desenvolvimento adotada pelo Governo do Brasil nos últimos 12 anos, cabe agora sinalizar os elementos teórico-ideológicos presentes no contexto então dominado pela hegemonia neoliberal ortodoxa, que se aprofundou nos anos 80 e cujas consequências estimularam novas formulações para os países em desenvolvimento.

Frente à grave crise enfrentada pelos países da região, em fins da década de 1980, a CEPAL passou a trabalhar com a ideia de “transformação produtiva com equidade”, cuja disseminação se iniciou em documento produzido em 1990 (CEPAL, 1990). Nele, a CEPAL analisava que a década de 1980 havia sido uma ‘década perdida’, pois

[...] o produto real per capita no final de 1989 não retrocedeu ao que fora registra-

do dez anos antes, mas ao nível de treze anos antes, e até mais do que isso, no caso de algumas economias. Por conseguinte, os países da região estão iniciando a década de 1990 com o peso da inércia recessiva dos anos 1980, com o passivo representado por sua dívida externa, e com a presença de uma inadequação fundamental entre as estruturas da demanda internacional e a composição das exportações latino-americanas e caribenhas (CEPAL, 1990, p. 889).

As soluções para o impasse criado passariam pelo fortalecimento da democracia e pelo ajuste das economias, sendo tarefa primordial a transformação das estruturas produtivas em um contexto de crescente equidade social. A situação externa ganhou destaque e, em consequência, o grau de abertura ao comércio exterior; a forma de se manejar com o endividamento e a possibilidade de acesso a tecnologias e conhecimentos seriam também elementos condicionantes do desempenho econômico.

O documento indicava ainda a necessidade de correção dos desequilíbrios macroeconômicos; outra preocupação relacionava-se a formas de financiamento do desenvolvimento e da cooperação internacional; e, por último, a necessidade de manutenção da coesão social que estabeleceria limites às políticas e estratégias econômicas (CEPAL, 1990).

O que estava em pauta na chamada ‘transformação produtiva com equidade’ não era mais do que a retomada da agenda liberal que buscava formas de produção que apresentassem competitividade em escala internacional com base na incorporação de tecnologia de ponta e com menor depreciação dos salários reais.

A industrialização constitui o eixo da transformação produtiva, principalmente por ser portadora da incorporação e difusão do progresso técnico, mas também porque, na nova situação deve ultrapassar o estreito contexto setorial em que foi abordada e se vincular com a exploração de produtos primários e a área de serviços, de maneira a integrar o sistema produtivo e tender para a homogeneidade progressiva dos níveis de produtividade (CEPAL, 1990, p. 895).

Tais transformações produtivas deveriam, ainda, estar articuladas com ações que buscassem a preservação do meio ambiente físico, de forma a preservar os recursos escassos através de sua utilização baseada em pesquisas e práticas sustentáveis. Assim, o desenvolvimento nacional deveria estar focado na competitividade, com base em ideias ligadas à sustentabilidade.

Já as políticas econômicas não poderiam se resumir à criação de um ambiente macroeconômico apropriado, mas deveriam se articular com políticas setoriais de curto e longo prazo e com mudanças institucionais que pudessem dar maior segurança para interações entre agentes públicos e privados. A equidade, por sua vez, exigia que as mudanças produtivas fossem acompanhadas por políticas redistributivas que deveriam conter

[...] medidas redistributivas complementares, entre elas serviços técnicos, financeiros e de comercialização, assim como programas maciços de qualificação destinados a microempresários, trabalhadores autônomos e agricultores, reformas de diversos mecanismos de regulação que impedem a formação de microempresas, adequação dos serviços sociais às necessidades dos setores mais pobres, fomento da organização, de modo a contribuir para a ajuda mútua e a representação das necessidades dos mais desfavorecidos perante o Estado, e aproveitamento da política tributária, tanto pelo lado da receita quanto no que diz respeito à orientação dos gastos públicos (CEPAL, 1990, p. 896-897).

A estas medidas deveriam se somar ações e políticas governamentais com a finalidade de favorecer as pequenas empresas agrícolas e industriais, com vistas à sua modernização; assim também deveriam ser evitados conflitos pela terra através da regularização dos títulos de propriedade.

Em que pese essa análise ter sido produzida e disseminada desde o início dos anos 90, no Brasil vivenciamos os seguintes governos de FHC (1995-2002), durante os quais predominou a orientação neoliberal, com ênfase na busca de um modelo de Estado gerencial. No que tangencia o tema do desenvolvimento, naquela concepção, o Estado deveria ser capaz de elaborar critérios institucionais de eficiência e competitividade, reorganizar instâncias de decisão e interesses para viabilizar rearranjos que permitissem maior presença empresarial na condução da dinâmica econômica, reservando para si funções coercitivas que assegurassem a gestão eficiente do ajuste fiscal, ou seja, “[...] transferindo princípios estratégicos do mercado (eficiência e competitividade) para o Estado-gerente reformado, executor das metas de estabilidade e controle das contas públicas” (IVO, 2012, p. 198-199).

Àquela altura, o governo considerava que a política monetarista e os planos anti-inflacionários e, particularmente, o Plano Real, haviam proporcionado condições adequadas para uma melhor distribuição de

renda e a inclusão social. Restava ainda cumprir as recomendações sobre governabilidade, pensada como fundamentos normativos para eficiência, defendidos pelas agências multilaterais. Novos arranjos entre atores públicos e privados, como parcerias público-privadas, descentralização, accountability, etc., alcançaram proeminência na retórica governamental, como se pode observar pela ênfase dada à Reforma do Aparelho do Estado, que mereceu, inclusive a criação de um ministério, dirigido por Bresser-Pereira (BRASIL, 1995). Como analisa Ivo (2012), questões políticas passaram a ser vistas e abordadas como questões de gestão. Mais do que antes, o tripé macroeconômico foi o foco das ações governamentais.

O conjunto de políticas voltadas para alavancar o crescimento econômico se fundamentou, nos governos FHC, como de resto em quase todos os países da América Latina submetidos à ortodoxia neoliberal, em intensa abertura ao comércio exterior, desregulamentação financeira e privatização de estatais.

No início deste último século, tornaram-se evidentes os resultados desastrosos da ortodoxia neoliberal: aumento da pobreza, marginalização e exclusão de amplos segmentos da população, revoltas populares e, no terreno teórico-ideológico, o reassenso da influência keynesiana entre nossos ideólogos. Assim é que Bresser-Pereira (2006, p. 9) arvora-se como “o primeiro economista latino-americano a fazer a crítica do Consenso de Washington”, em 1990.

Dentre as críticas que seguiu elaborando, apontava a exogenia da ortodoxia convencional (como se refere ao neoliberalismo de corte anglo-americano) afirmando que seus indicativos refletiam muito mais as visões e objetivos dos países ricos. Ao mesmo tempo, rejeitava o que chamou de “populismo econômico”⁴. Incorporando as ideias difundidas pela CEPAL desde o início da década de 1990, passou a trabalhar uma alternativa à ortodoxia convencional, mas que fosse concomitantemente “radicalmente não populista”. Para ele, a crítica feita pela “oposição da esquerda burocrático-populista” ao neoliberalismo, atribuía à globalização e ao capital financeiro os males causados ao Brasil ao impor alto endividamento externo e público. Como solução, essa esquerda propunha a renegociação dessas dívidas, com grande desconto. Outro problema identificado por esse grupo dizia respeito à

insuficiência de demanda, o que poderia ser resolvido com o aumento do gasto público; o maior e mais grave problema – a desigualdade na distribuição da renda – teria como solução “a ampliação do sistema assistencialista do Estado brasileiro” (Bresser-Pereira, 2006, p. 12). Contrapondo-se também a essas proposições e, por sugestão de Yoshiaki Nakano – seu parceiro acadêmico-intelectual –, passou a denominar a alternativa em construção desde 2003, de “novo desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9).

É certo que essa denominação guarda referências ao nacional-desenvolvimentismo, tratado por Bresser-Pereira (2006) também como uma estratégia nacional de desenvolvimento formulada pelos economistas ligados à CEPAL – entre eles Celso Furtado – entre as décadas de 1940 e 1960 e que vigorou na América Latina até os anos 80, quando foi sobrepujada pelo pensamento neoliberal com as implicações já referidas.

Apelando para sua fidelidade ao nacional-desenvolvimentismo e à sua formação keynesiana e estruturalista, Bresser-Pereira (2006, p. 12) afirma que o novo desenvolvimentismo

[...] não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los. É o conjunto de ideias que permite às nações em desenvolvimento rejeitar as propostas e pressões dos países ricos de reforma e de política econômica, como a abertura total da conta capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas representam a tentativa de neutralização neo-imperialista de seu desenvolvimento – a prática de ‘empurrar a escada’. É a forma por meio da qual empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais podem se constituir em nação real para promover o desenvolvimento econômico.

Ou seja, o novo desenvolvimentismo também incorpora o nacionalismo, uma vez que somente sob a ideia de nação se pode “formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal, aberta, como é próprio de sociedades democráticas cujas economias são coordenadas pelo mercado” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 10).

⁴ Identificado, por Bresser-Pereira (2006, p. 23) dentre uma parcela de integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quando ele foi, por cerca de oito meses, Ministro da Fazenda no governo Sarney, em 1987.

Para Bresser-Pereira (2006) o nacional desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo se diferenciam em dois aspectos: a caracterização do capitalismo global, sob novos fatos históricos; as condições de competição que as indústrias nacionais criadas por países de desenvolvimento médio, como o Brasil. Por essas razões os fundamentos que dão suporte ao processo de desenvolvimento nacional deveriam considerar as novas condições existentes de forma a dar respostas ao contexto que se apresentava.

Defende, então, que o novo desenvolvimento não é protecionista pois exige que as empresas sejam competitivas em todos os setores para os quais se dediquem; busca a disciplina fiscal; e defende intolerância com a inflação. O Estado, nessa perspectiva, deve promover a poupança e investir em setores estratégicos, mas também deve considerar que “[...] o setor privado nacional tem recursos e capacidade empresarial para realizar boa parte dos investimentos necessários” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 16).

Como estratégia nacional de desenvolvimento, suas proposições se relacionam aos seguintes elementos: maior abertura da conta comercial do país, de forma negociada e com reciprocidades; novo papel do Estado, com destaque para o planejamento estratégico; estabilidade macroeconômica, incluindo estabilidade de preços, equilíbrio do balanço de pagamentos e câmbio apreciado; recusa da estratégia de crescimento com poupança externa e financiamento do desenvolvimento com recursos próprios (BRESSER-PEREIRA, 2003; 2006). Sicsú, Paula e Michel (2007) reconhecem nessas proposições duas influências: de Keynes e seus seguidores contemporâneos, como Stiglitz (1999); e da visão cepalina neo-estruturalista em sua defesa de uma estratégia de transformação produtiva com equidade social.

Para Valencia (2008), o novo desenvolvimentismo se caracteriza como nova ofensiva articulada ao ideário neoliberal, já que não existe um pressuposto implícito ao novo desenvolvimentismo, como existia no nacional desenvolvimentismo, de superar a dependência em relação aos países qualificados como desenvolvidos; mas alcançar formas de associação com o capital internacional de maneira a fortalecer os laços comerciais entre os países periféricos e centrais. Por consequência, há uma desistência no que se refere à construção de caminhos autônomos e que valorizem as características dos países dependentes criando, em contraponto, economias que fornecem os suportes para a manutenção da lógica econômica em escala

global e que mantêm as posições das elites econômicas. Isto é, implicitamente, reflete os pressupostos da construção discursiva de Cardoso e Faletto (1969), do desenvolvimento associado num contexto de capitalismo dependente.

Os Fundamentos Teórico-Ideológicos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento nos Governos Lula e Dilma

Em que pesem as expectativas criadas pela ascensão de governantes ligados ao PT, com trajetória na disputa democrático-popular, e as sequentes referências ao pensamento de Celso Furtado como inspiração para a construção e implementação de um projeto nacional de desenvolvimento, o fato é que, logo de início, percebeu-se a manutenção, em muitos aspectos, da política econômica até então vigente (nos governos FHC), qualificadas pela oposição (o PT entre eles) como funcional à lógica de mercado em escala global.

Assumindo explicitamente “a consolidação de um Novo Desenvolvimentismo”, como objetivo estratégico, o novo governo – o primeiro período presidencial de Luis Inácio Lula da Silva – procurou, como relata Mercadante (2010, p. 35), “controlar a inflação [...], recuperar os fundamentos macroeconômicos e superar as fragilidades estruturais que ainda acometiam a nossa economia para, em seguida, concentrar-se mais no lançamento das bases de seu projeto de retomada do desenvolvimento”. Não obstante, a estratégia governamental já estava, àquela altura, temperada pela Carta ao Povo Brasileiro, lançada em julho de 2002 em plena campanha eleitoral com o fim de arrefecer sintomas de um ataque especulativo com fuga de capitais e desvalorização acentuada do câmbio, frente ao temor difundido por partidos concorrentes sobre as consequências de uma vitória de Lula naquelas eleições.

O próprio Mercadante (2010, p. 37) afirma que, na Carta, a Coligação Lula Presidente abdicava “de uma estratégia de ruptura” e assumia “o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como negociável e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo”.

No entanto, para ele, a Carta não significava uma “mu-

dança de estratégia, uma ginada conservadora [...]”. Constituiu-se em uma necessária revisão tática do tempo e dos meios para atingir o fundamental objetivo estratégico de concretizar o crescimento econômico sustentado com a formação de um amplo mercado de consumo interno (MERCADANTE, 2010, p. 37).

Logo em seu primeiro parágrafo, o plano plurianual de 2012-2015 resume o modelo de desenvolvimento adotado no país desde 2003.

O Brasil que se vislumbra para as próximas décadas já vem sendo construído, sobretudo nos últimos 8 anos: um país que elegeu um projeto de desenvolvimento inclusivo com políticas públicas de transferência de renda, intensificação da extensão e do alcance dos programas sociais e constantes aumentos reais do salário mínimo. Utilizaram-se, ainda, instrumentos de geração de emprego e renda com vistas à ampliação de um mercado de consumo de massa, trazendo maior autonomia ao nosso processo de desenvolvimento com a expansão do mercado interno. Como outro fator de incentivo ao crescimento econômico e à expansão do mercado de trabalho, os investimentos públicos foram retomados, sobretudo em infraestrutura, a exemplo do verificado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). [...] Estes investimentos públicos reduziram os entraves para o desenvolvimento sustentável ao induzir o investimento produtivo privado e contribuir para a geração de empregos para os mais variados níveis de qualificação da força de trabalho, reforçando o dinamismo de nossa economia (BRASIL, 2011, p.15)

Em 2011 Dilma Rousseff tornou-se Presidenta do Brasil e assumiu com o intento de dar continuidade ao projeto iniciado no governo Lula. O ponto fundamental de sua agenda e, principalmente, a base para os principais projetos e programas de seu governo seria o estímulo ao crescimento; e, por isso, renovava a necessidade de estabilidade macroeconômica e de controle da inflação. O foco na capacidade de exportação evidenciou-se como meio de equilibrar a balança comercial, assim como o consequente estímulo à competitividade dos produtos, tanto no mercado interno como no externo.

Em relação à competitividade da produção nacional ganha relevância o papel do Estado como indutor do investimento privado, razão pela qual o “[...] PAC [continuará] sendo um instrumento de coesão da

ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. [Seria] também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo” (ROUSSEFF, 2011).

Nessa perspectiva, o Estado fortalece seu papel no planejamento estratégico para facilitar a relação entre mercado e governo, com vistas ao crescimento que estaria na base do estímulo às políticas sociais. Segundo a Presidenta, a associação entre crescimento e “fortes programas sociais” seria capaz de vencer a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional (ROUSSEFF, 2011).

Com a frequente ressalva de que o centro das atenções é a melhoria das condições de vida da população, as proposições do governo Dilma⁵ enfatizavam o aumento da eficiência produtiva para a promoção do crescimento econômico. Para isso, pretendia manter forte investimento em infraestrutura de transporte e, ao mesmo tempo, ampliar o acesso a educação formal, especialmente a técnica, para garantir qualificação da mão-de-obra necessária à eficiência empresarial. A melhoria das condições de vida, nessa concepção, é identificada ao aumento do poder de consumo, com o consequente fortalecimento do mercado interno (RANDS, 2010; MERCADANTE, 2010). Não é muito difícil inferir que as empresas são as maiores beneficiadas, por qualquer ângulo que se tome a questão.

Com efeito, a preocupação social é um meio para evitar resistências provocadas pelas consequências da forma de acumulação pressuposta à lógica capitalista (VALENCIA, 2008). Neste aspecto, cabe destacar que desde a construção de Paul Baran (1984) se considera a capacidade de contenção das massas despossuídas como essencial à manutenção do sistema capitalista. Associando-se práticas de formação e qualificação de mão-de-obra, distribuição de renda e ampliação da capacidade de consumo, opera-se, de fato, uma estratégia de fortalecimento do próprio sistema (VALENCIA, 2008).

No que tange às aproximações com a teoria de Celso Furtado é relevante salientar a preocupação com o fortalecimento de um mercado consumidor interno que fomenta o crescimento do parque fabril. Entretanto, no que se refere às estratégias adotadas, enquanto no nacional desenvolvimentismo deveriam ser incentiva-

⁵ Desde seu primeiro mandato, inaugurado em 2011.

das formas de inversão que progressivamente fossem buscadas no interior da nação de forma a proporcionar autonomia caracterizada pela internalização da capacidade de decisão em relação aos rumos nacionais, no novo desenvolvimento o foco se direciona para a capacidade de articulação com o mercado internacional e com a possibilidade de produção de produtos competitivos tanto em nível interno como externo (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1959; BRESSER-PEREIRA, 2006; MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010).

Em relação à capacidade de consumo, no nacional-desenvolvimentismo havia uma preocupação em respeitar padrões de consumo que considerassem a realidade sociocultural da população brasileira e, assim, fomentar um processo que gradativamente levaria ao aumento da renda interna; as políticas públicas que tomaram forma a partir de 2003 definem práticas ligadas ao fomento do consumo interno como meio para indução do investimento privado, através da democratização do acesso ao crédito e da implementação de programas sociais de transferência de renda, entre outros. Portanto, esta ampliação do consumo não está ligada a um processo de transformação estrutural, como preconizava a proposta original do nacional-desenvolvimentismo, mas sim a elementos de efeito transitório que tem como consequência o aumento do nível geral de endividamento da população.

A tabela a seguir busca sintetizar algumas das principais diferenças entre a construção do Nacional Desenvolvimentismo e as propostas do Novo Desenvolvimento adotadas pelo governo brasileiro na atualidade:

Tabela 1: Principais diferenças entre o Nacional Desenvolvimentismo e o Novo Desenvolvimentismo

	Nacional Desenvolvimentismo	Novo Desenvolvimentismo
Divisão Internacional do Trabalho	Alteração estrutural como meio para o alcance de maior autonomia nacional	Articulação com a lógica de mercado em escala global
Fortalecimento do Mercado Consumidor Interno	Crescimento com respeito aos padrões de consumo nacionais e aumento da renda interna	Indução do investimento privado, democratização do acesso ao crédito e políticas de transferência de renda
Estado	Planejador do Desenvolvimento com valorização das características socioculturais	Regulador de uma economia aberta em escala internacional com vista ao crescimento econômico

Vê-se, portanto, que as estratégias propostas pelo atual governo estão ligadas ao crescimento econômico articulado ao mercado capitalista internacional e desenhado por meio de relações entre as elites econômicas nacional e internacional, tendo a primeira um papel de mantenedora da estrutura vigente em escala nacional. Mesmo em relação à pauta exportadora é visível um relaxamento na estratégia que buscava alterar a estrutura vigente em termos globais. Nela, são valorizadas a exportação de vários produtos (ROUSSEFF, 2011; CEPAL, 1990), com maior ênfase para as tradicionais commodities. Em 2014, a participação dos produtos básicos atingiu o maior patamar dos últimos 37 anos, ficando em 48, 7% de toda a pauta exportadora brasileira (BRASIL, 2015).

De forma complementar, Bueno e Seabra (2011), ao analisarem uma amostra de 11 multinacionais brasileiras argumentam que a inserção internacional da produção brasileira [...] concentra-se setorialmente em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobrás, Votorantim), engenharia e construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez) e manufaturas intensivas em engenharia (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG e Tigre). Reportagem publicada em janeiro de 2015 mostrando o ranking de empresas exportadoras do Brasil, coloca a Vale em primeiro lugar, seguida pela Petrobrás, Bunge e JBS. Como se sabe, são empresas ligadas a exploração de recursos naturais, agronegócio e produção de carnes (BONATO, 2015).

Cabe retomar a crítica de Furtado (1974; 1992), segundo o qual a manutenção de relações comerciais com base na divisão internacional do trabalho entre nações metropolitanas e dependentes – através da criação de uma estrutura econômica que se sobrepõe às esferas política, social e cultural – tende a intensificar as desigualdades

já existentes, já que a produção que daí emerge busca nada mais do que o escoamento dos produtos de forma a indiferenciar os mercados interno e externo.

Os produtos com menor valor agregado e com sua produção mais facilmente disseminável tende a perder valor em relação aos produtos que necessitam de tecnologias específicas e com maior dificuldade de disseminação produtiva (PREBISCH, 1949). A possibilidade de diminuição ou mesmo de resolução da situação de subdesenvolvimento somente seria encontrada através de uma alteração profunda ligada à reestruturação do sistema produtivo e revalorização dos aspectos histórico-culturais das nações periféricas (FURTADO, 1992). Ou, em suas palavras: “a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais que permitam empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas” (FURTADO, 1992, p. 74-75).

Seguindo o entendimento de Furtado (1992), a manutenção de uma relação comercial baseada na divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos é agravada pelo investimento estrangeiro no parque industrial brasileiro. Esse investimento, tendo origem em países desenvolvidos, se direciona para formas produtivas complementares às existentes nos centros de desenvolvimento. Desse modo, tende a reforçar a própria divisão internacional do trabalho e reproduzir a lógica de modernização erigida nos centros, facilitando o fluxo já existente de matérias primas e a utilização de mão de obra barata nos países periféricos.

Em síntese, é possível identificar que os fundamentos teórico-ideológicos da estratégia nacional de desenvolvimento empreendida pelo governo federal nos últimos doze anos aproxima-se muito mais do novo desenvolvimentismo. Nesta perspectiva, como salientamos, é função governamental a articulação entre Estado e mercado; assim como regular uma economia aberta em escala internacional, com vistas à eficiência produtiva e ao aumento da competitividade. A nação, por sua vez, compõe-se pela associação de pessoas que compartilham um destino político e socioeconômico comum, com objetivos pré-estabelecidos, sendo o crescimento econômico o mais importante deles. Nesta versão, o crescimento econômico é o elemento central que viabiliza ao Estado a oferta de melhores condições de vida à população, articulando políticas macroeconômicas restritivas a políticas públicas de

cunho social. Obtêm-se, assim, condições satisfatórias para a redução dos custos da implantação de estratégias capitalistas e das resistências dali advindas, com vistas à acumulação de capital por uma elite econômica nacional articulada ao capital internacional (BENJAMIN et al., 1998).

Ganha vigor, portanto, a tese defendida por Valencia (2008), segundo a qual as propostas, projetos e políticas públicas inspiradas pelo novo desenvolvimentismo, mais do que oferecerem uma alternativa à lógica neoliberal, resultam em formas de manutenção de uma lógica de mercado global na qual o Estado assume a função de planejador estratégico e regulador das transações econômicas de forma a evitar os riscos provenientes da simples liberalização do mercado em escala mundial. Ou ainda, analisando as transformações do neoliberalismo assinaladas por Puello-Socarrás (2011), é possível afirmar que o novo desenvolvimentismo preconizado por Bresser-Pereira restringe-se tão somente a um ciclo renovado do neoliberalismo, no qual elementos heterodoxos são incorporados a seu receituário em um processo adaptativo

Saudando o sucesso do Governo Lula e prevendo a longevidade da estratégia, Mercadante (2010, p. 412, grifo nosso) os atribuiu à combinação entre

[...] crescimento econômico com distribuição de renda, estabilidade macroeconômica, plena vigência das instituições democráticas e protagonismo internacional crescente. [...] Mas o mais importante é ressaltar que o ciclo de crescimento recente [...] vem criando as bases para o desenvolvimento do Brasil no longo prazo. É justamente a criação dessas bases que nos parece ser o grande legado do governo Lula. O legado a partir do qual a ‘esperança do desenvolvimento’ poderá se materializar [...].

Um dos livros mais emblemáticos de Celso Furtado (1974) – O mito do desenvolvimento econômico – parece não fazer parte das referências dos ideólogos do novo desenvolvimentismo. Da mesma forma, algumas de suas preocupações centrais parecem solenemente desprezadas nas alegadas inspirações, como a clareza de posicionamento do País na divisão internacional do trabalho e o risco da incorporação de lógicas exógenas que, ao fim e ao cabo, terminam por garantir o maior proveito possível às elites nacionais, em articulação com o capital internacional. O que sobra são migalhas que, mesmo assim, são funcionalizadas para a operação do mercado interno e a qualificação da mão-de-obra, de modo articulado à lógica que pre-

domina em escala macro.

Considerações Finais

Ao alegar inspiração nas ideias de Celso Furtado, os governos Lula e Dilma buscaram, nos últimos doze anos, utilizá-las seletivamente, de forma a legitimar determinadas práticas erigidas em seus mandatos. Entretanto, as condições que tornaram possível a retomada do desenvolvimento nacional no início do século XXI estiveram vinculadas com a visibilidade das limitações que o livre mercado requer para manter o crescimento contínuo e sua consequente ineficácia na redução das diferenças sociais na América Latina. Razão pela qual as propostas que emergiram buscaram articular Estado e mercado, através de estratégias como a mudança produtiva com equidade social (CEPAL, 1990) e o novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2006; SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2007; MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010).

Numa suposta retomada do nacional desenvolvimentismo, ganharam vida lógicas que pretendem dar ao Estado um papel de planejador e regulador do mercado, mas com a finalidade de facilitar as transações mercantis. Do que é pressuposto que a possibilidade de desenvolvimento e melhoria das condições de vida dependem diretamente do desempenho das políticas econômicas (ROUSSEFF, 2011).

No entanto, nessa retomada são esquecidas ideias que pensaram o desenvolvimento com foco na geração de autonomia nacional, que aspiravam condições para que o país pudesse tomar suas decisões de forma a valorizar suas próprias características socioculturais. Estas aspirações, quando aparecem nos discursos, são apenas um recurso retórico que busca legitimar o modelo de desenvolvimento em voga.

Formas de crescimento que visam a competitividade em um mercado indiferente entre interno e externo terão como objetivo apenas a formação de consumidores cada vez mais padronizados em uma escala global, com a consequente facilitação do fluxo de produção. Fluxo de produção que já não precisa ser projetado com base em características específicas, mas competitivo em termos de eficiência.

Evidentemente esse discurso, alinhado ao mercado global, cria uma sensação de não ter saída, um pessimismo que foi bem representado pelo ocupante do cargo de presidente do Brasil no período 1995-2002

– Fernando Henrique Cardoso (BATISTA JR., 1999). Cria um imaginário social no qual, por estar ligado ao contexto global, a única alternativa parece ser a de se tornar o mais eficiente possível, para que possamos competir e melhorar nossa posição na classificação internacional.

O que facilmente se esquece é que a posição nacional ocupada é resultado de um longo processo histórico que ganha continuidade apenas pela reprodução de padrões incentivados globalmente. Esta é a fonte de nossa dependência e, ao contrário do que é amplamente defendido, não está mudando. Está cada vez mais fortalecida, assim como estabiliza uma posição de nação que tem as suas possibilidades ligadas à escala global e aos interesses das elites nacionais que desejam, em última análise, não mais do que uma fração do potencial de acumulação do sistema capitalista.

Lembramos que, em alguns dos textos que compõem o livro *Brasil: a construção interrompida*, Furtado (1992, p. 76, 77) clamava pela solidariedade entre os povos como o eixo para uma nova abordagem ao desenvolvimento. Para ele

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. [...] A ameaça de destruição termonuclear, primeiro, e a hecatombe ecológica que agora começa a configurar-se não deixam aos povos escapatória para sobreviver fora da cooperação. E o caminho dessa cooperação passa pela mudança de rumo de uma civilização dominada pela lógica dos meios, em que a acumulação a tudo se sobrepõe.

Pelas práticas efetivamente implementadas nos últimos doze anos e pelas que já estão sinalizadas no novo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, concluímos que a orientação teórico-ideológica da estratégia nacional de desenvolvimento se fundamenta nas concepções de Bresser-Pereira e suas formulações sobre o novo desenvolvimentismo. Traz, em si, a lógica da competição, da possibilidade de “[...] competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12). Não inverte somente o sinal da cooperação, mas toma como certo que desenvolvimento é o estágio que os países ricos alcançaram. Nada mais anti-furtadiano!

A aproximação às formulações do novo desenvolvimen-

tismo chegou a tal ponto que o próprio Bresser-Pereira (2014), fundador e ideólogo do PSDB, durante a campanha presidencial de 2014, anunciou seu voto em Dilma Rousseff em razão de sua política econômica e social. E basta acompanhar as primeiras medidas anunciadas pelo novo governo para que se veja reforçado o suporte teórico ideológico do novo desenvolvimentismo na continuidade da estratégia nacional de desenvolvimento dos próximos quatro anos.

Referências

- ABDALA, P. R. Z.; GOULART, S. Consumo e subdesenvolvimento no pensamento de Celso Furtado : riscos do anacronismo e pistas para reflexões atuais. In: GURGEL, C.; MARTINS, P. E. M. **Estado, organização e pensamento social brasileiro**. Niterói: UFF, 2013. p. 217-252.
- BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril, 1984.
- BATISTA JR., P. N. **Dependência**: da teoria à prática. Estudos Avançados, v. 37, nº 13, 1999, p. 215-224.
- BENJAMIN, C.. et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: contraponto, 1998.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**, v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.
- BONATO, G. Vale se mantém como maior exportadora do país em 2014; JBS salta para 4º lugar. **UOL Economia**: notícias. São Paulo, 21 jan. 2015. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2015/01/21/vale-mantem-em-2014-posto-de-maior-exportadora-do-brasil-jbs-salta-a-4.htm>. Acesso em 21 jan. 2015.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PPA 2012-2015. 2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> . Acesso em 25 fev. 2015.
- BRASIL. **Balança comercial brasileira – dados consolidados**. 2015. Disponível em <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em 30mar2015.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, pp. 5-24, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.. Meu voto em Dilma. **Carta Maior**, set. 2014. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5842>>. Acesso em 05 jan. 2015.
- BUENO, F.; SEABRA, R. L. **A teoria do subimperialismo brasileiro**: notas para uma (re) discussão contemporânea. 6º colóquio Internacional Marx e Engels. Rio de Janeiro: Dezembro de 2011.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1969). Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**, v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 495-520.
- CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária no desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. (1990) In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**, v. 2. São Paulo: Record, 2000. p. 887-910.
- FARIA, José Henrique de. Desenvolvimento socioeconômico e interdisciplinar. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 1, n. 1, p. 5-36, 2015.
- FUKUYAMA, F. **The end of history and last man**. London: Penguin UK, 1992.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo Cultura, 1959.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. (1961). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**, v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 239-262.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. Entrevista com Celso Furtado. In: VIEIRA, R. M. Celso Furtado: **Reforma, Política e Ideologia – 1950/1964**. São Paulo: Educ, 2007. p. 409-432.

IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/ago. 2012.

MERCADANTE, A. **Brasil: a construção retomada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. (1949). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**, v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

PREBISCH, R. Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico. (1952). In: BIELCHOWSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**, v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 179-216.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. A brief history of antineoliberalism: South American political economy and development paradigms in the XXIth century. **Ciência & Trópico**, v. 35, n. 1, p. 71-94, 2011. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/883>. Acesso em 05 jan. 2015.

RANDS, M. **A era Lula – desenvolvimento, democracia e cultura política no Brasil**. Recife: Bagaço, 2010.

ROUSSEFF, D. (2011). Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante **Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional** - Brasília/DF. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em 28jul2011.

SAMPAIO JR., P. **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social e Sociedade, n. 112, p. 672-688, 2012.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, nº 4, p. 507-524, 2007.

VALENCIA, A. S. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Práxis, 2008.

VIEIRA, R. M. **Celso Furtado: Reforma, Política e Ideologia – 1950/1964**. São Paulo: Educ, 2007.

WILLIANSOM, J. **Latin American Adjustment**. Washington: Institute of International Economics, 1990.